



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAAC
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KERLEN ANDRADE DO MONTE

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA DO ESTADO DO CEARÁ ENTRE 2001
E 2012

FORTALEZA

2013

KERLEN ANDRADE DO MONTE

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA DO ESTADO DO CEARÁ ENTRE 2001 E
2012

Monografia apresentada à Coordenação de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. José de Jesus Sousa Lemos

FORTALEZA - CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

M767i Monte, Kerlen Andrade do.

Indicadores de qualidade de vida do estado do Ceará entre 2001 e 2012 / Kerlen Andrade do Monte - 2013.

47 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1.Exclusão social 2.Desenvolvimento econômico - Ceará 3.Qualidade de vida I. Título

KERLEN ANDRADE DO MONTE

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA DO ESTADO DO CEARÁ ENTRE 2001 E
2012

Monografia apresentada à Coordenação de
Economia da Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, Contabilidade e
Secretariado Executivo para obtenção do
Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. José de Jesus Sousa Lemos

Aprovada em 18 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Fábio Maia Sobral

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Sandra Maria dos Santos

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe, irmão e “tio”.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e capacidade necessárias para se obter êxito nesta etapa da vida.

Aos amigos e familiares que torceram e se felicitaram pela minha conquista, em especial a minha mãe, Tarcízia Andrade, irmão, Wanderson Andrade, e padrasto, Francisco Constantino (quem chamo carinhosamente de “tio”), pessoas que dedico todas as minhas vitórias.

Aos meus amigos de mesma caminhada, Alex Custódio, Fernando Espíndola, João Vitor, Michel Silva, Thalles Nogueira e Thiago Oliveira, que ao longo do curso, mostraram-se presentes e contribuíram, cada qual a sua maneira, ajudando uns aos outros, como uma verdadeira equipe.

Agradeço, em especial, as minhas amigas, Camila Duarte e Lidyane Macieira, pela cumplicidade, companheirismo e amizade, que no decorrer destes cinco anos foram essenciais para o dia a dia da minha formação acadêmica, sem elas não teria a mesma “graça”.

Um obrigada especialmente a quem, com sua dedicação e carinho, não mediu esforços para contribuir no que estava ao se alcance, meu namorado Júnior Souza.

Ao professor orientador Lemos, de caráter e simplicidade admiráveis, pessoa fundamental, tanto no decorrer do curso, quanto ao final do mesmo, compartilhando sua sabedoria e conhecimento. Bem como aos demais professores, que contribuíram ao longo de toda a formação acadêmica.

E o último agradecimento, mas não menos importante, à família Sedulus, pelo convívio de dois anos antecedentes ao meu ingresso na universidade federal, cursinho que agrega mais que conhecimento, mas valores e princípios aos seus alunos, uma peça chave, que possibilitou o começo deste sonho e que hoje com orgulho posso dizer: Eu venci! Muito obrigada a todos!

RESUMO

Este trabalho visa analisar a evolução da qualidade de vida da população cearense entre os anos 2001 e 2012. Assim, o estudo se desdobra para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), bem como para as áreas urbanas e rurais do estado. Na sua mensuração, o estudo se utilizou da aferição da exclusão social, entendida como empecilho aos padrões dignos de vida, por meio dos indicadores econômicos e sociais que compõem o Índice de Exclusão Social (IES), desenvolvido, inicialmente, em 1995, por Lemos (2005). Com isto, foram utilizados como fonte, dados secundários coletados no IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliar (PNAD), para a série histórica selecionada. Pela análise do IES, verificou-se que ele possui uma trajetória de queda para toda a população cearense, independente de onde reside (áreas urbanas, rurais ou RMF), isto quer dizer que, no geral, houve incrementos na qualidade de vida das pessoas, ainda que sejam discretas. Entre os indicadores que constituem o IES, o Passivo de Educação e o Passivo Ambiental, com seus subindicadores: população privada de água encanada (Privágua), população privada de saneamento minimamente adequado (Privsane) e população privada de coleta sistemática de lixo (Privlixo), apresentaram regressão de seus valores para toda a população, e somente o indicador de privação de renda, Passivo Econômico (Passecon), avançou no período analisado. Além do mais, a análise demonstrou que os padrões de qualidade de vida dos que moram na RMF são os melhores e, por isso, devem ser seguidos pelas demais áreas do estado.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Exclusão Social. Ceará.

ABSTRACT

In this study it was analyzed the evolution of life quality over the population living in Ceará State, Brazil from 2001 to 2012. It also studied the life standard of people living in the Metropolitan Area of the city of Fortaleza (RMF). In the search it was used data from urban and rural areas of the Ceará State over the analyzed period. For its measurement, the study uses the Social Exclusion Index (IES), developed by Lemos (2005). The search uses secondary data published National Household Sample Survey (PNAD) from Brazilian National Statistical Institute (IBGE). In order to estimate the IES, which utilizes three indicators: percent of illiterate people over fifteen years old, called education passive (PASSEDUC); percent of population living in household with income situated between zero and two minimum Brazilian wage, called economic passive (PASSECON); percent of population living in household without fresh water, sanitation and garbage collecting service. This indicator is called environment passive (PASSAMBI). The results showed that IES had a continuous decline since 2001 to 2012. It was caused by decline of both, social passive and environmental passive. The study showed that economic passive increased in that period. The study showed that the critical areas of Ceará are the rural ones. In the Metropolitan Region of Fortaleza was observed the better results in all of indicators, including the social exclusion index (IES) which declined most strongly in that area of Ceará State.

Keywords: Quality of life. Social Exclusion. Ceará.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Passivo de Educação do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 2001 a 2012 (%)	31
Gráfico 2 - Evolução do Passivo Econômico do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%).....	33
Gráfico 3 - Evolução do Privagua do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%).....	35
Gráfico 4 - Evolução do Privsane do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 2001 a 2012 (%).....	36
Gráfico 5 - Evolução do Privlixo do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 2001 a 2012 (%).....	38
Gráfico 6 - Evolução do IES do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 2001 a 2012 (%).....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesos associados a cada um dos indicadores do IES.....	28
Tabela 2 – Pesos utilizados para estimar o indicador PASSAMBI.....	29
Tabela 3 – Evolução da População Analfabeta do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza entre 2001 e 2012 (%).....	30
Tabela 4 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza que sobrevive com até dois salários mínimos entre 2001 e 2012 (%).....	32
Tabela 5 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso à Água Encanada entre 2001 a 2012 (%).....	34
Tabela 6 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso ao Destino Adequado para os Dejetos Humanos entre 2001 e 2012 (%).....	36
Tabela 7 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso à Coleta Sistemática de Lixo entre 2001 e 2012 (%).....	37
Tabela 8 – Evolução do IES para a População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza entre 2001 e 2012 (%).....	39
Tabela 9 – Evolução da População Total do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes).....	40
Tabela 10 – Evolução da População Urbana do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes).....	41
Tabela 11 – Evolução da População Rural do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes).....	42
Tabela 12 – Evolução da População da Região Metropolitana de Fortaleza, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes).....	42

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	ASPECTOS CONCEITUAIS.....	14
2.1.	Qualidade de Vida	14
2.1.1.	<i>Em termos de conceituação e histórico.....</i>	<i>14</i>
2.1.2.	<i>Em termos de indicadores de mensuração.....</i>	<i>16</i>
2.2.	Crescimento e Desenvolvimento Econômico	19
2.3.	Desenvolvimento Sustentável.....	22
3.	METODOLOGIA E FONTE DOS DADOS.....	26
3.1.	Índice de Exclusão Social (IES): histórico e conceito	26
3.2.	Método de aferição do IES.....	27
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1.	Evolução do Passivo de Educação: Privação de Educação.....	30
4.2.	Evolução do Passivo Econômico: Privação de Renda	31
4.3.	Evolução do Passivo Ambiental.....	33
4.3.1.	<i>Evolução da Privação de Acesso à Água encanada (Privagua)</i>	<i>33</i>
4.3.2.	<i>Evolução da Privação de Acesso a Local Adequado para os Dejetos Humanos (Priv sane).....</i>	<i>35</i>
4.3.3.	<i>Evolução da Privação de Acesso à Coleta Sistemática de Lixo (Privlixo)</i>	<i>37</i>
4.4.	Evolução do Índice de Exclusão Social (IES).....	38
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
	ANEXOS.....	48

1. INTRODUÇÃO

Não obstante o fato de todos já saberem a realidade social do Brasil, um país caracterizado pela exclusão e pela desigualdade social de sua nação, a questão central se reflete na persistência deste problema, que parece estar enraizado na herança histórica de uma sociedade escravocrata. Esta situação crônica leva milhões de brasileiros das áreas urbanas e, principalmente, rurais a viverem em níveis elevados de pobreza, marginalizados e excluídos sequer dos seus direitos de cidadania.

Este contraste característico, que faz do Brasil um dos países mais desiguais do mundo, se evidencia quando se analisam as perspectivas socioeconômicas em todas as divisões políticas: regiões, estados e municípios. As próprias oportunidades de acesso (à educação, à saúde, ao saneamento, ao emprego) são diferenciadas entre as áreas urbanas e rurais, se está inserido na região metropolitana ou fora dela.

Além disso, fatores climáticos também acentuam as desigualdades. A exemplo disto, tem-se o clima predominante do sertão nordestino, o semiárido, que, no caso do Ceará, está presente em mais de 90% do seu território. Esta região é foco de diversas políticas de desenvolvimento, pois suas características geográficas (elevadas temperaturas, chuvas escassas, irregulares e mal distribuídas ao longo do ano e durante os anos) contribuem com indicadores socioeconômicos insatisfatórios, quando comparados aos municípios que estão fora da semiaridez. É em torno dessa natureza dos aspectos sociais do país, que o presente trabalho visa abordar a situação da qualidade de vida da população cearense ao longo de doze anos, 2001 a 2012.

Uma pesquisa do tipo descritiva, bibliográfica e comparativa, de caráter quantitativo, que objetiva fundamentalmente discutir e responder a seguinte questão: Ao longo desses doze anos, o padrão de vida dos cearenses que residem em outras áreas urbanas e rurais evoluiu e se mostrou mais próximo da realidade da região metropolitana de Fortaleza?

Portanto, o trabalho tem por objetivo geral analisar a dinâmica da evolução (ou involução) da qualidade de vida que prevalece no estado do Ceará por meio da obtenção de informações socioeconômicas oriundas da aferição dos indicadores que compõem o Índice de Exclusão Social (IES). Para isto, a análise se desdobra para a região metropolitana de Fortaleza, bem como para as áreas urbanas e rurais do estado.

A presente pesquisa também visa especificamente estabelecer padrões de qualidade de vida da área metropolitana de Fortaleza vis a vis áreas urbanas do estado como

um todo e áreas rurais, além de identificar e hierarquizar os indicadores sociais e econômicos mais críticos naquele período.

Acredita-se que esse estudo possa contribuir com informações socioeconômicas do estado em questão, servindo como objeto de leitura ou fonte de referência para os mais diversificados membros da sociedade, em especial os cearenses, sejam eles acadêmicos, pesquisadores, estudiosos ou profissionais.

A estrutura do trabalho compreende, além desta introdução, mais quatro seções. A segunda seção traz o referencial teórico, no qual é abordado o conceito de “Qualidade de Vida” sob seu aspecto histórico e seus indicadores de mensuração, desde a sua simples associação às variáveis estritamente quantitativas, passando pelo primeiro índice, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir do qual se leva em conta fatores além da grandeza monetária, até a criação de outros indicadores usados para dimensionar o bem estar social e o econômico de uma dada região. Ainda nesta mesma seção, são discutidos os conceitos essenciais que embasam, tornam possíveis e evidenciam o que se chama “Ter ou alcançar qualidade de vida”, a saber: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável.

A terceira seção reserva as fontes de dados e a metodologia do estudo, segundo a qual se apresenta a história e o método de aferição do IES. A escolha deste índice como aferição tem por base o fato de se pressupor que o índice que seja capaz de mensurar a exclusão social é também um forte indicador para aferir a qualidade de vida dos seres humanos, visto que a exclusão social se comporta como um empecilho aos padrões dignos de vida, e alguns serviços quando bem providos pelo poder público permitem às famílias um mínimo de condição de vida e igualdade social.

Na quarta seção, são ilustrados os resultados da pesquisa. Por meio dos dados observados da série selecionada, fez-se uma análise acerca da situação socioeconômica do estado do Ceará, destacando suas regiões mais críticas.

Por último, são feitas as considerações finais, retratando a situação da qualidade de vida da população cearense ao longo da série histórica selecionada.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS

O objetivo desta seção é apresentar os conceitos que compõem o referencial teórico. Em primeiro lugar, apresenta-se o decurso histórico do surgimento do termo “Qualidade de Vida”, os aspectos conceituais que o cercam, bem como a caracterização de indicadores utilizados para sua mensuração. Apesar de a literatura apresentar diversos indicadores para medir a qualidade de vida de regiões selecionadas, este trabalho se propõe a fazer uma breve discussão sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), a Felicidade Interna Bruta (FIB) e o Índice de Exclusão Social (IES). Em seguida, envolvendo aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, discutem-se as teorias de crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, visto que estes conceitos são fatores condicionantes para incrementar a qualidade de vida de qualquer indivíduo ou sociedade.

2.1. Qualidade de Vida

2.1.1. *Em termos de conceituação e histórico*

A expressão “Qualidade de Vida” foi usada pela primeira vez em 1964, pelo então presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, como sendo a conquista de bens materiais de cada indivíduo, isto é, aqueles que mais possuíssem bens materiais, tinham um melhor padrão de vida. A partir das décadas de 1980 e 1990, o termo ganha cada vez mais espaço no âmbito dos estudos e reflexões. Seu conceito passa a se articular e integrar aos fenômenos de desenvolvimento econômico e exclusão social, interagindo com as noções de pobreza, privação, vulnerabilidade, falta de acesso a bens e serviços, direitos sociais, em suma, à cidadania. Herculano (2000) menciona que se devem considerar as diferenças individuais, sociais e culturais, bem como a acessibilidade às inovações tecnológicas ao se definir o que é qualidade de vida.

Sendo assim, dada sua natureza complexa de difícil conceituação, o termo qualidade de vida (QV) foi se moldando ao longo do tempo, bem como suas formas de mensuração. Seu surgimento está associado aos “Indicadores Sociais”, que são ferramentas para o “planejamento governamental, bem como (para) superar as análises estritamente

econômicas” (SANTAGADA, 1993 *apud* MORAIS *et al.*, 2012). Além do mais, a expressão está diretamente associada a desenvolvimento econômico tal como afirma Coelho, Costa e Vilela (2008, p. 4):

O desenvolvimento econômico é fator essencial na busca pela qualidade de vida da população. [...] para a construção de qualquer indicador de qualidade de vida é necessário seu relacionamento com o conceito de desenvolvimento, que envolve aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

No entanto, inicialmente e durante muito tempo, sua aferição se dava apenas por variáveis econômicas baseadas na renda, como o PIB. De fato, Pascoal (2000, p. 263 *apud* MORAIS *et al.*, 2012, p.7) comenta que:

Durante muito tempo o PIB foi a medida mais difundida e importante para comparar “Qualidade de Vida”. Este indicador avaliava a sociedade economicamente, mostrando que os países cujos indicadores econômicos fossem os melhores, tinham, conseqüentemente, uma população com melhor “Qualidade de Vida”.

Assim, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) cria um indicador, cujo objetivo é mensurar o grau de bem-estar econômico e social de uma determinada região por meio de variáveis que não levassem em conta somente a dimensão monetária, como também as dimensões longevidade e educação (MORAIS *et al.*, 2012). Após o IDH, outros índices foram criados, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Condições de Vida (ICM), Índice Social Municipal (ISM) e outros.

Vale ressaltar que para se alcançar um melhor padrão de viver são necessárias certas circunstâncias que busquem o desenvolvimento e o bem-estar do indivíduo e da sociedade, provendo, ao menos, as necessidades básicas e os direitos de cidadania. Não cabe aqui, nos limites dessa monografia, avaliar QV pela distância entre o que se tem e o que se quer, mas de poder pensar nela como garantidora de um patamar mínimo de dignidade e condição humana, e, mesmo soando utópico, distantes da pobreza e exclusão social. Estas circunstâncias são de caráter econômico, social, político e ambiental, mensuráveis por meio das estatísticas e da análise de indicadores relacionados à qualidade de vida. Segundo o IPECE (2011), esses indicadores são:

Elementos que possibilitam o conhecimento de importantes aspectos socioeconômicos das condições de vida da população [...], permitindo auxiliar na identificação de demandas para a implementação de políticas públicas e monitoramento do exercício pleno da cidadania.

Para Herculano (2000), os indicadores que aferem a qualidade de vida devem mensurar, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico.

A seguir, discute-se, em detalhes, o conceito de indicadores, bem como alguns exemplos deles, que são usados para mensurar qualidade de vida.

2.1.2. Em termos de indicadores de mensuração

Indicadores são medidas ou parâmetros usados para representar um estado ou fenômeno abstrato, revelando informações de caráter geralmente estatístico. Como ferramentas utilizadas no campo das políticas públicas são:

Medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (JANUZZI, 2009, p. 138)

Em suma, são variáveis muito úteis, pois quantificam e sintetizam informações para retratar a situação de períodos específicos, para facilitar tomadas de decisão, formação de opinião.

No que se refere à QV os indicadores buscam aferir o bem-estar físico, o mental, o psicológico e o emocional dos indivíduos por meio da avaliação do grau de satisfação de cada um em relação à vida, isto é, cada sujeito avalia a sua “qualidade de vida” de forma pessoal (LEAL, 2008 *apud* MORAIS *et al.*, 2012). O acesso à educação, à saúde, à segurança e ao saneamento básico são alguns exemplos dos direitos básicos e serviços essenciais que garantem um mínimo de igualdade social.

Nesse contexto, eles fornecem informações que contribuem na avaliação da realidade socioeconômica de determinada região, permitindo a identificação dos principais problemas relacionados ao seu desenvolvimento (desigualdade), bem como de suas potencialidades econômicas. Com isto, objetivando reverter níveis indesejáveis, como alto nível de exclusão social, políticas públicas, instrumentos de planejamento e incentivos às

potencialidades poderão ser traçados para que se possa alcançar um desenvolvimento econômico e sustentável.

Durante muito tempo, o PIB foi a medida mais utilizada para comparar QV entre diferentes países, estados, regiões, cidades e culturas. Acreditava-se que os países com os PIBs mais elevados, garantiriam, conseqüentemente, às suas populações uma melhor qualidade de vida (MORAIS *et al.*, 2012). No entanto, sabe-se que um indicador baseado somente na renda não é suficiente para medir QV, tanto que, para suprir esta necessidade, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, cria um indicador, que além da dimensão monetária, leva em consideração as dimensões longevidade e educação.

Primeiro índice para mensurar QV, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido anualmente pela PNUD, que publica seus resultados no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). A proposta central do índice é avaliar o desenvolvimento não somente pelos avanços econômicos, mas também pelas melhorias no bem-estar social de uma determinada região. Para tanto, o crescimento econômico não é suficiente para alavancar progressos no desenvolvimento humano. Em um tempo passado, o progresso duradouro criou uma base sólida quando direcionou políticas públicas e investimentos significativos, com ênfase na alimentação, educação, saúde e qualificações para o emprego, aos mais desfavorecidos, proporcionando-lhes ao menos uma equidade de oportunidades (PNUD, 2013).

Assim, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (s.d.), o IDH se baseia em três dimensões:

- a) vida longa e saudável: representado pelo indicador expectativa de vida ao nascer, que se refere à idade média em que as pessoas morrem;
- b) estoque de educação: composto por duas variáveis, percentual de adultos alfabetizados e percentual de matrículas nos diferentes níveis de ensino (básico, médio e superior);
- c) renda: nesta dimensão, o indicador mede o padrão de vida em termos monetários. Para o cálculo, utiliza-se o PIB per capita através do dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), pois assim eliminam-se possíveis diferenças entre os custos de vida dos indivíduos.

O IDH é um indicador que mensura o grau de bem estar social e econômico, e sua estatística revela resultados compreendidos no intervalo de zero a um, isto é, de menos a mais

desenvolvido. É uma medida usada para comparar países segundo seus níveis de desenvolvimento humano, hierarquizando e classificando-os como: entre 0 e 0,499 (baixo desenvolvimento ou países subdesenvolvidos), entre 0,500 e 0,799 (médio desenvolvimento ou países em desenvolvimento) e entre 0,800 e 1,00 (alto desenvolvimento ou países desenvolvidos).

Após o IDH, outros índices foram criados, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), Índice de Condições de Vida (ICV), Índice Social Municipal (ISM), Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), Índice de FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). Abordaram-se, neste estudo, os seguintes índices: IDH-M, IDM, FIB e IES (Índice de Exclusão Social). No entanto, como este último índice foi escolhido para mensurar a QV da população cearense, ele é abordado na terceira seção.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) utiliza-se de metodologia e de critérios semelhantes aos usados no IDH (educação, longevidade e renda), restringindo-se ao escopo dos municípios. Desenvolvido a partir do IDH, este índice foi criado pela Fundação João Pinheiro (FPJ) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1996. Por se tratar de unidades geográficas menores, tanto do ponto de vista econômico, quanto geográfico, o cálculo do IDH-M possui algumas adaptações nas dimensões renda e educação, moldando-se para melhor representar as condições socioeconômicas a nível municipal (MORAIS *et al.*, 2012).

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), este foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 1998, quando o instituto ainda era intitulado como Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE). À época, o objetivo principal era traçar um perfil municipal e subsidiar decisões políticas que contribuíssem para a erradicação da pobreza no estado do Ceará (IPECE, 1999). Como instrumento de diagnóstico e de referência na orientação para políticas públicas, o IDM é publicado a cada dois anos (anos pares) e retrata, por meio de 30 indicadores agrupados, a realidade das condições de desenvolvimento dos municípios cearenses, no que diz respeito aos aspectos geográficos, econômicos e sociais (IPECE, 2010).

Já a Felicidade Interna Bruta (FIB), criada em 1972 no Butão, um pequeno país do Himalaia, é um índice estruturado sob nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, preservação e promoção de valores culturais, conservação do meio ambiente, estabelecimento da boa governança e padrão de vida (FIB,

s.d.). Ele segue a premissa de que “o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente crescimento econômico, mas também a integração do desenvolvimento imaterial, como o psicológico, o cultural e o espiritual, estando sempre em harmonia com a Terra” (FIB, s.d).

No caso do Brasil, por ser usado a nível de comunidade local, o FIB tem por objetivo apresentar a realidade dos moradores das comunidades. Para *Morais et. al.* (2012), este direcionamento mais específico pode ser uma das maiores vantagens ao se comparar o FIB aos demais índices de desenvolvimento, visto que “os sujeitos compartilham de problemas e recursos similares, e assim podem se mobilizar coletivamente em busca de mudanças positivas baseados nos resultados de levantamento”. Ademais, os moradores são incentivados a transformarem a realidade de suas próprias comunidades (FIB, s.d).

Para o estudo desta monografia, optou-se por aferir o Índice de Exclusão Social (IES) para analisar o estágio da qualidade de vida da população cearense entre os anos de 2001 e 2012. O IES é um índice que incorpora indicadores econômicos e sociais que permitem verificar o nível de exclusão social de um espaço geográfico. Entende-se que o índice que seja capaz de mensurar a exclusão social é também um forte indicador para aferir a qualidade de vida dos seres humanos, já que, segundo *Lemos* (2012), serviços essenciais são responsáveis pela elevação da esperança de vida ao nascer, bem como por atenuar baixos níveis de renda das famílias carentes. Assim, estes serviços quando bem providos pelo poder público permitem às famílias um incremento na qualidade de suas vidas, garantindo um mínimo de igualdade e bem-estar social e econômico.

Para efeito da metodologia e das fontes dos dados, reservou-se a terceira seção para abordar, em detalhe, a construção e a forma de aferição do IES, especificando seu modelo.

2.2. Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Após a Segunda Guerra Mundial, cresceram o número de debates sobre o desenvolvimento econômico. Com o término do conflito bélico, questões, como guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais, passaram a ser as principais preocupações dos países envolvidos. Essas preocupações revelavam anseios ao progresso e melhorias nas condições de vida das nações e regiões. Tanto que, segundo *Oliveira* (2002, p. 38), a Declaração de Interaliada e a Carta do Atlântico, ambas

de 1941, “expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social”.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, intensificaram-se as discussões sobre o conceito e as formas para se alcançar o desenvolvimento. Sob o objetivo de manter e melhorar os níveis de qualidade de vida, a ONU, desde a sua criação, propõe às instituições internacionais uma cooperação em prol do avanço econômico e social, em que os países estejam engajados na busca pela resolução dos problemas de ordem econômica, social, cultural ou humanitária, que envolvem toda a população global e mantem o equilíbrio mundial.

Durante muito tempo, os termos foram encarados sem qualquer distinção e usados até mesmo como sinônimos. Principalmente nos anos pós-guerra, o conceito de desenvolvimento era confundido e fundamentado no crescimento do produto agregado em termos médio, pois se acreditava que, um país ou região se desenvolvia quando apresentava, ao longo de um período de tempo, um incremento do produto ou da renda *per capita*. Esta concepção é aceita e difundida por muitos autores. Eles atribuem ao desenvolvimento, como condição suficiente, os incrementos constantes no nível da renda, sem a preocupação se estes incrementos estão concentrados ou bem distribuídos. Para Lemos (2012, p.37), esta identidade (sinônimo) não é verdadeira, pois “desenvolvimento é um conceito mais complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para seu entendimento”.

Sobre este assunto, Souza (1997) afirma que não existe um conceito de desenvolvimento econômico mundialmente aceito. Para ele, há duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. Na primeira, estão os economistas de inspiração mais teórica, principalmente os modelos da tradição neoclássica e keynesiana, que encaram o crescimento e o desenvolvimento como sinônimos. Os modelos enfatizam apenas a acumulação de capital como uma solução simples da realidade, em que o crescimento gera automaticamente a melhoria no padrão de vida e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. A exemplo desta primeira corrente, tem-se Solow do pensamento neoclássico e Harrod de inspiração mais keynesiana. Já na segunda corrente, estão os economistas de orientação mais crítica (marxistas e cepalinos), que conceituam o crescimento como condição indispensável para o desenvolvimento, embora esta condição não seja suficiente. O crescimento é visto como uma simples variação quantitativa do produto, ao passo que o desenvolvimento envolve variações qualitativas, como se o produto gerado está sendo distribuído em favor do melhor padrão de vida das pessoas. “O desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia

arcaica em uma economia moderna, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.” (SOUZA, 1997, p.21). São exemplos de economistas desta segunda corrente: Raul Prebisch e Celso Furtado.

Embora haja conflitos de posicionamento acerca do assunto, segundo Scatolin, deve-se ao menos considerar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 38).

No entanto, a partir da década de 1990, um número crescente de economistas passou a encarar a questão do desenvolvimento associado não somente à dimensão econômica, mas também às dimensões sociais e culturais.

Assim, diante da controvérsia entre os dois conceitos, Souza (1997, p.20) se posiciona afirmando que “a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”.

Por esta linha de pensamento, Lemos (2012, p.41), como mencionado mais acima, também encara os conceitos distintos, mas que podem estar correlacionados, pois “o crescimento é uma condição necessária, ainda que não suficiente para que ocorra o desenvolvimento econômico”. Para ele:

Os indicadores de *quantum*, isoladamente, não são capazes de aferir os níveis de bem-estar e qualidade de vida e, portanto, de desenvolvimento, haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a desigualdades sociais significativas. A sociedade pode produzir um bolo relativamente elevado e que é repartido apenas entre uma seleta e restrita parcela da população. Através do conceito de desenvolvimento econômico, deveria haver um envolvimento equitativo da sociedade na repartição deste bolo (...) acompanhada de melhores padrões de vida. (LEMOS, 2012, p. 41).

Já Sandroni (1999) associa o desenvolvimento econômico ao crescimento econômico (incrementos positivos no Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Segundo o autor, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, tais como, seu passado histórico, sua posição e extensão geográficas, suas condições demográficas, sua cultura e os recursos naturais que possuem.

Schumpeter (1997), em seu livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, estabelece uma distinção dos termos. Segundo ele, uma economia cresce por meio de um sistema de fluxo circular de equilíbrio, em que as variáveis econômicas aumentam somente

em função da expansão demográfica, ao passo que o desenvolvimento ocorre na presença de três fatores: as inovações tecnológicas, os empresários inovadores e o crédito bancário. Sua interpretação é uma visão crítica aos modelos clássicos (convencionais ou reducionistas) da teoria econômica. Na visão schumpeteriana, o desenvolvimento econômico é resultado de transformações históricas e só pode ocorrer quando um projeto político beneficiar diretamente a vida da sociedade em seu conjunto e não apenas de uma classe ou grupo dominantes (os detentores dos meios de produção). Vejamos o que ele mesmo diz:

Entenderemos como desenvolvimento, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é, na prática, baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, seu desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1997, p. 74)

Em suma, o crescimento deve ser encarado como uma das etapas do desenvolvimento, caracterizando-se como uma condição necessária, mesmo que não suficiente. Assim, o desenvolvimento é capaz de superar os níveis de pobreza e construir um padrão digno de vida.

2.3. Desenvolvimento Sustentável

Com o início da Revolução Industrial, intensificaram-se o consumo de matérias-primas extraídas do solo, subsolo, mares, rios e florestas. As atividades humanas concebidas no modelo de desenvolvimento industrial passaram a causar maior impacto na natureza. Foi então que, a partir das décadas de 1970 e 1980, os olhares do mundo se voltaram para as questões de cunho ambiental. Tanto que, segundo Jacobi (1999), essas questões passam a assumir dimensões globais, do qual estão envolvidos, de um lado, os impactos da crise econômica da década de 1980 e a importância de rever os paradigmas existentes; e de outro, a preocupação com os fenômenos de aquecimento global e destruição da camada de ozônio.

A Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, é um marco importante na conscientização sobre os problemas causados pela poluição e pelas maneiras de preservar o ambiente (JACOBI, 1999). Desta conferência, que reuniu nações de todo o mundo, surgiu a

Declaração de Estocolmo, que discute a importância da manutenção da qualidade do ambiente para garantir o bem-estar físico, mental e social do homem.

Progressivamente, questões sociais, culturais, políticas e ambientais passaram a se integrar às visões de desenvolvimento econômico, desvinculando a ideia de que seus avanços eram oriundos somente do crescimento. Novas abordagens surgiram associando-o à qualidade de vida humana em sua forma cada vez mais ampla. Uma dessas abordagens diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que combina os conceitos de sustentabilidade ao de desenvolvimento humano (MARTINS, 2002).

Nesta acepção, a ideia de desenvolvimento econômico aliado à conservação ambiental foi amplamente difundida a partir da década de 1980 com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável mais difundido é o contido no Relatório de Brundtland, de 1987, que o define como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. É “o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (WWF, s.d).

Segundo Silva e Shimbo (1999, *apud* MARTINS, 2002), a maior contribuição do Relatório de Brundtland, que fora intitulado como *O Nosso Futuro Comum*, se refere à:

Divulgação da ideia de interdependência econômica, social e ambiental das atividades praticadas em todas as regiões do planeta, ou seja, tanto da emissão de gases nos países mais industrializados como da degradação provocada pela intensa miséria nos países mais pobres. (SILVA, SHIMBO, 1999, *apud* MARTINS, 2002, p. 172)

Sob esta ótica, o relatório apresentou sugestões a serem tomadas em nível de políticas públicas que visassem promover o desenvolvimento sustentado (LEMOS, 2012). As principais sugestões seriam:

- a) limites ao crescimento populacional;
- b) garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que se utilizam de fontes renováveis de energia;
- e) atendimento de todas as necessidades básicas das pessoas (saúde, escola, moradia);
- f) aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente limpas;

- g) controle da urbanização desenfreada das cidades, com uma maior e melhor integração da distribuição populacional entre o campo e a cidade.

No Brasil, foram sediadas a ECO-92 e a Rio + 20, ambas no Rio de Janeiro. A ECO-92, ocorrida em 1992, marcava a segunda Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente. A proposta desta conferência era conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais, isto é, promover o desenvolvimento sustentável. Em tese, estabeleceram-se metas de crescimento econômico redigidos por políticas capazes de manter os recursos naturais por meio de alternativas energéticas e novas tecnologias que preservassem o meio ambiente. Dela, resultaram, dentre outros documentos assinados, a Declaração do Rio, contendo princípios éticos pela busca de um futuro sustentável, e a Agenda 21, que traçou uma agenda ambiental, na qual planejava a construção de sociedades sustentáveis para as próximas décadas.

Já a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, de 2012, teve como principal objetivo renovar e reafirmar o compromisso dos líderes políticos com o desenvolvimento sustentável, “por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes” (RIO20, s.d). Segundo críticos, como Kumi Naidoo, do Greenpeace Internacional, a Rio + 20 não obteve os resultados esperados devido aos divergentes interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. O documento final da conferência estabeleceu para os próximos anos a definição de medidas práticas para se preservar o meio ambiente.

Para Sachs (1993), o processo de sustentabilidade do desenvolvimento deve estar ancorado em cinco dimensões:

- a) sustentabilidade social: essa dimensão se refere ao processo de desenvolvimento sustentado pelo crescimento capaz de assegurar uma equidade na distribuição de renda, de modo a reduzir as desigualdades sociais;
- b) sustentabilidade econômica: alude-se à adoção de um fluxo constante de investimentos públicos e privados dispostos a alocar e gerir mais eficientemente os recursos naturais renováveis e não-renováveis;
- c) sustentabilidade ecológica: vincula-se à adesão de várias medidas que visam poupar os recursos naturais usados nos processos produtivos, buscando uma eficiência plena dos ecossistemas;

- d) sustentabilidade espacial: objetiva um maior equilíbrio na distribuição territorial dos assentamentos urbanos. Os problemas ambientais associados à configuração urbana–rural estão relacionados a uma urbanização desenfreada das cidades provocada pelo êxodo rural, em virtude do não–desenvolvimento rural;
- e) sustentabilidade cultural: corresponde à manutenção das especificidades locais, ou seja, preservação dos valores locais (formas de vestir, falar, manifestações artísticas) para a posteridade (SACHS, 1993).

Diante de toda esta fundamentação, é importante considerar que o cuidado com o meio ambiente é de responsabilidade de todos os indivíduos, sejam eles civis, representantes de corporações ou representantes políticos, cabendo a cada um o compromisso da preservação dos ecossistemas, que estejam aptos a atenderem (futuramente) as necessidades dos descendentes, perpetuando a vida humana e das diversas outras espécies.

3. METODOLOGIA E FONTE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentadas as fontes dos dados e a metodologia do estudo. O método empregado no trabalho tem caráter quantitativo e a pesquisa é do tipo descritiva, bibliográfica e comparativa.

3.1. Índice de Exclusão Social (IES): histórico e conceito

Ciente da importância de índices que se propõem a aferir o bem-estar ou mal-estar econômico e social capazes de traduzir o padrão de desenvolvimento ou de pobreza de determinadas regiões, que, em 1995, surge o embrião do Índice de Exclusão Social (IES), desenvolvido por Lemos. A princípio foi intitulado como *Index of Relative Development* (IRD), mas somente, em 2002, passou a aferir os padrões de exclusão social.

Lemos (2012) revela que, partindo-se do pressuposto exclusão social como sinônimo de pobreza, o índice se constitui numa boa aproximação ou mesmo numa boa tentativa de capturar os percentuais de pobres ou de excluídos das localidades estudadas, muito embora estes tipos de índices estejam sujeitos às críticas, pois seus “procedimentos (são) reducionistas, à medida que objetivam compactar em um número toda a complexidade de um conceito” (LEMOS, 2012, p. 96). No entanto, seus resultados se mostram essenciais para sinalizar, mesmo que por aproximação, os estágios de desenvolvimento ou exclusão social das populações. Além disso, as informações dos aspectos socioeconômicos podem auxiliar na formulação de políticas públicas e instrumentos de planejamento que visam reverter níveis indesejáveis e inconcebíveis no que se diz respeito aos padrões dignos de vida da sociedade.

Diferentemente do IDH, que afere o desenvolvimento segundo o bem-estar social, o IES se propõe a mensurar a exclusão social, ou seja, o mal-estar social da população estudada. Com o IES, é possível estimar o percentual de excluídos de determinadas regiões selecionadas, e, tal como o IDH, hierarquizá-las segundo seus padrões de exclusão social.

O termo “exclusão social” se refere à parcela da população que se encontra socialmente excluída, privadas de acessos básicos essenciais. Segundo Lemos (2012), a exclusão social corresponde, além da privação de renda monetária, a falta de acesso aos ativos sociais mais essenciais. Para efeito deste estudo, trata-se a exclusão social como uma barreira

(empecilho) a uma boa condição de vida dos que vivem tanto nas regiões urbanas, quanto, e principalmente, nas áreas rurais do estado.

Nessa perspectiva, de acordo com Lemos (2012, p.91), a exclusão social deve ser “entendida como a manifestação mais terrível da pobreza”, e, para combatê-la, devem ser feitos “investimentos públicos em ativos sociais, provendo acesso a serviços, como educação de qualidade, saúde, saneamento e o acesso a moradias adequadas”, isto é, serviços que incrementam a qualidade de vida dos indivíduos. Ademais, o conceito de exclusão social é bem mais amplo que o de pobreza, pois se levam em conta as privações dos ativos sociais e ambientais, além dos ativos produtivos e de renda (LEMOS, 2012).

3.2. Método de aferição do IES

O Índice de Exclusão Social (IES) sofreu mudanças desde sua criação (1995) até sua versão mais atualizada (2012). Em sua versão mais recente, é constituído de três indicadores: Passivo de Educação, Passivo Econômico e Passivo Ambiental (LEMOS, 2012).

O Passivo de Educação (Passeduc) corresponde ao percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta (LEMOS, 2012). A escolha deste indicador como representativo do passivo de educação é por se acreditar que a educação (ou a falta dela) seja um ponto chave determinante da exclusão social, do desenvolvimento econômico e da melhor qualidade de vida de qualquer indivíduo. De fato, nos países desenvolvidos, percebe-se uma forte relação entre educação e qualidade de vida da população.

O indicador utilizado para representar o Passivo Econômico (Passecon) é o percentual da população que sobrevive em domicílios, cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos (LEMOS, 2012). A renda monetária é um fator essencial para minimizar índices de exclusão social, além de ser capaz de proporcionar um maior desenvolvimento econômico, o que resulta em melhores níveis de bem-estar da sociedade.

No que se diz respeito ao Passivo Ambiental (Passambi), este é estimado por três indicadores: Privagua, Privsane e Privlixo. Privagua corresponde ao percentual da população que sobrevive em domicílios sem acesso ao serviço de água encanada; Privsane é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados sem acesso ao serviço de esgotamento sanitário; e Privlixo é representado pelo percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo (LEMOS, 2012). Esses indicadores estão associados à saúde, fator este condicionante para um melhor padrão de vida e bem-estar social. Supõe-se que a

população que sobrevive em ambientes precários, carentes de água tratada e de qualidade, sem acesso à moradia com esgotamento sanitário e sem o serviço da coleta sistemática de lixo, está mais sujeita às doenças, o que prejudica muito a sua qualidade de vida.

Os pesos associados aos indicadores do IES são oriundos de análise estatística multivariada, que, embora não garanta a melhor aferição, assegura que eles não sejam influenciados pela subjetividade do seu criador (LEMOS, 2012).

A função de definição do IES é dada por:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3}; \quad i = 1, 2, \dots, n; \quad (1)$$

Onde:

P_{ij} são os respectivos pesos associados às âncoras dos indicadores (cuja soma é igual a um);

Y_{i1} = Passeduc;

Y_{i2} = Passecon;

Y_{i3} = Passambi;

Tabela 1 – Pesos associados a cada um dos indicadores do IES

Variável	Peso
PASSEDUC	0,35
PASSECON	0,35
PASSAMBI	0,30
Total	1,00

Fonte: Lemos (2012)

Em que Passambi se estima da seguinte forma:

$$PASSAMBI = P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5} + P_{i6}Y_{i6}; \quad (2)$$

Y_{i4} = Privagua;

Y_{i5} = Privsane;

Y_{i6} = Privlixo;

Tabela 2 – Pesos utilizados para estimar o indicador PASSAMBI

Variável	Peso
PRIVAGUA	0,35
PRIVSANE	0,35
PRIVLIXO	0,30
Total	1,00

Fonte: Lemos (2012)

Assim, a equação é definida da seguinte maneira:

$$IES_i = 0,35Y_{i1} + 0,35Y_{i2} + 0,30(0,35Y_{i4} + 0,35Y_{i5} + 0,30Y_{i6}) \quad (3)$$

Esquemáticamente, o IES e seus indicadores estão ilustrados na figura 1 a seguir.

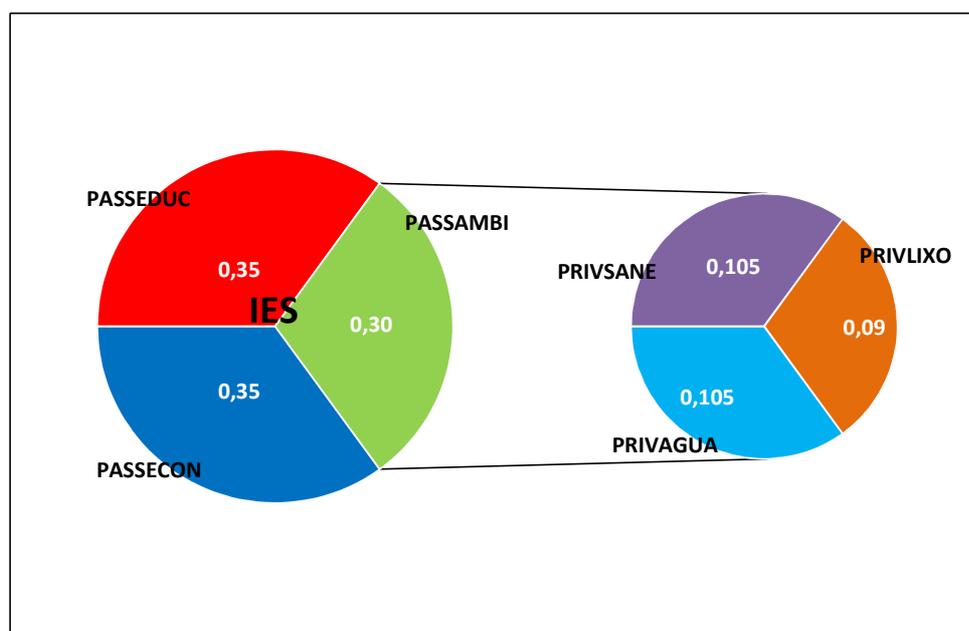


Figura 1 – Organograma do IES e seus indicadores

Fonte: Lemos (2012). Elaboração própria.

O Índice de Exclusão Social é um índice que aferi o mal-estar da população residente nas regiões estudadas. Sua amplitude é de $0 < IES < 100$, ou seja, varia na escala de 0% (nenhuma exclusão social) a 100% (total exclusão social). Assim, quanto mais próximo de 100, maior é a parcela da sociedade que se encontra socialmente excluída.

Para este estudo, analisou-se a evolução dos indicadores do IES para o estado do Ceará, compreendidos nos anos de 2001 a 2012, utilizando dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Análise Domiciliar – PNAD – dos referidos anos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados oriundos da análise da evolução dos indicadores que compõem o IES do estado do Ceará (zonas urbanas e rurais) e da Região Metropolitana de Fortaleza (ANEXO A).

Com a base de dados extraída das PNADs de 2001 a 2012, foram aferidos os percentuais de expansão ou regressão de cada um dos indicadores das privações. Ressalta-se que este estudo não inclui informações do ano de 2010, já que nos anos de Censo Demográfico, o IBGE não coleta dados para a PNAD. Nas PNADs os dados são levantados por amostragem e nos Censos Demográficos o procedimento de coleta de informação é censitário, portanto os resultados não são diretamente comparáveis.

4.1. Evolução do Passivo de Educação: Privação de Educação

Na tabela 3, apresentam-se as taxas da evolução da população cearense analfabeta maior de quinze das áreas urbanas e rurais do estado, bem como da Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 3 – Evolução da População Analfabeta do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza entre 2001 e 2012 (%)

Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	24,8	19,1	43,0	12,5
2002	22,6	17,7	39,3	11,4
2003	22,7	17,9	38,8	12,0
2004	21,8	17,1	38,2	11,6
2005	22,6	17,7	38,4	12,0
2006	20,6	16,5	34,5	11,2
2007	19,2	15,0	33,3	9,8
2008	19,1	15,0	33,5	10,2
2009	18,6	14,8	32,0	9,6
2011	16,5	11,9	29,6	9,2
2012	16,3	12,6	26,9	9,2
Variação 2001 e 2012 (%)	-8,5	-6,5	-16,1	-3,3

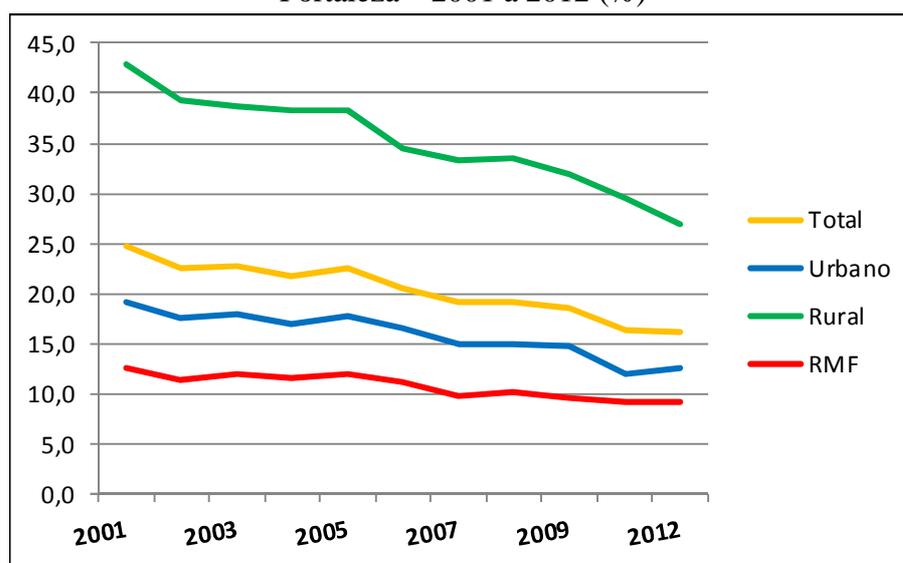
Fonte: IBGE (2001, 2012)

Percebe-se que o percentual de analfabetos regrediu independentemente de onde residem. No entanto, embora a zona rural apresente altas taxas de analfabetismo ao longo de

toda a série histórica do estudo, mostrando-se sempre distantes dos níveis educacionais da zona urbana e da RMF, esta área registrou a maior redução da privação de educação, de 43% em 2001 para 26,9% em 2012, o que representa uma regressão de 16,1%.

As evidências mostradas no gráfico 1, apontam uma tendência a queda das taxas de analfabetismo de toda a população do estado do Ceará. Geralmente, em todo o Brasil as áreas rurais apresentam taxas muito elevadas de analfabetismo, o que não foi diferente para o caso do Ceará. Como nessas áreas as oportunidades de acesso à educação são mais precárias, os níveis de analfabetismo se mostram mais expressivos quando comparados às áreas urbanas e à região metropolitana. Em média, 35,2% das pessoas maiores de quinze anos que residem nas áreas rurais do estado são analfabetas, ao passo que na RMF esta informação é de 10,8%, no período analisado.

Gráfico 1 – Evolução do Passivo de Educação do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

4.2. Evolução do Passivo Econômico: Privação de Renda

Entre os anos de 2001 e 2012 houve acréscimos dos percentuais do Passivo Econômico de toda a população do Ceará, que subiu de 53,2 % da população total em 2001, para 54,8% em 2012, apresentando um avanço de 1,6% (Tabela 4). Isto quer dizer que mais pessoas passaram a sobreviver com a renda média familiar de até dois salários mínimos, o que para efeitos de desenvolvimento e progresso da qualidade de vida não se caracteriza como um efeito positivo, pois o melhor seria uma regressão da privação do acesso à renda. Esta

expansão do indicador se apresentou mais acentuada na Região Metropolitana de Fortaleza, que avançou 2,7%, passando de 40,3% em 2001 para 43,0% em 2012.

No caso das zonas rurais, em média (70,8%), mais de dois terços da população sustenta suas famílias com no máximo dois salários mínimos. Deve-se salientar que o IBGE, órgão responsável pelas PNADs, contabiliza os dados sobre renda considerando a *renda monetária*, que corresponde à quantidade de dinheiro que os indivíduos possuem. No entanto, sabe-se que muitas das famílias rurais produzem e consomem parte dos itens para sua sobrevivência, esta renda é chamada de *renda não-monetária*. Assim, como não houve um gasto monetário para compra de tais suprimentos, conseqüentemente esta renda não foi contabilizada no levantamento dos dados das PNADs, tornando as estimativas das rendas das áreas rurais subestimadas. Isso, contudo, não invalida as análises feitas neste estudo, pois é a partir da renda monetária que as famílias rurais têm acesso a outros bens e serviços além daqueles usados para a subsistência (LEMOS, 2012).

Tabela 4 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza que sobrevive com até dois salários mínimos entre 2001 e 2012 (%).

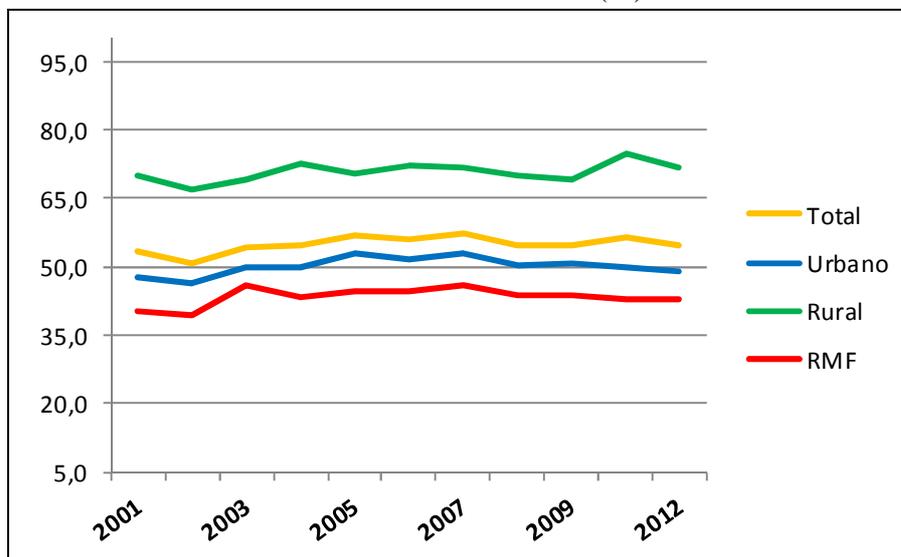
Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	53,2	47,8	70,1	40,3
2002	50,9	46,2	67,0	39,3
2003	54,2	49,9	69,2	46,0
2004	54,8	50,0	72,5	43,3
2005	57,0	53,1	70,4	44,6
2006	56,2	51,7	72,2	44,6
2007	57,1	53,1	71,8	45,7
2008	54,4	50,1	70,1	43,6
2009	54,6	50,8	69,2	43,9
2011	56,4	50,0	74,6	42,9
2012	54,8	49,1	71,7	43,0
Variação 2001 e 2012 (%)	1,6	1,3	1,6	2,7

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Os resultados mostrados no gráfico 2, refletem que, ao longo desses doze anos, a privação de renda dos que residem nas zonas rurais se mostrou mais acentuada e expressiva quando comparada aos que moram nas zonas urbanas e, principalmente, a população do entorno de Fortaleza. Acredita-se que as distribuições de renda não tenham sido eficazes no sentido de aumentar o nível de renda da população no geral ou mesmo a possibilidade dos

benefícios advindos das iniciativas governamentais não chegarem a todas as camadas da população cearense.

Gráfico 2 – Evolução do Passivo Econômico do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

4.3. Evolução do Passivo Ambiental

O Passivo Ambiental é composto por três subindicadores: Privagua, Privsane e Privlixo, respectivamente ponderados por 35%, 35% e 30%, conforme apresentado na seção anterior.

4.3.1. Evolução da Privação de Acesso à Água encanada (Privagua)

Na tabela 5, são apresentados os resultados para a evolução da privação de acesso à água encanada nas áreas rurais e urbanas do estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza.

A convivência de boa parte da população cearense com o clima do semiárido, que se configura em mais de 90% do estado (ANEXO B), contribui e se manifesta em percentuais elevados da privação deste importante serviço de incremento da qualidade de vida, especialmente quando se verifica os dados dos que residem na zona rural. Em 2001, esta área apresentava mais de 85% de sua população sem acesso à água encanada, reduzindo para

pouco mais de 67% em 2012, resultando numa regressão de 18%. Esta redução se configura num ponto positivo, já que nestas áreas se manifestam grandes carências deste indicador, cujas famílias sofrem bastante com a falta de água de qualidade. No entanto, se comparados os dados rurais aos da população urbana e da RMF, percebe-se que os padrões se mostram bastante distantes. Enquanto, na média do período, as populações privadas do acesso à água encanada são de 11,2% e 12,5 % para os que residem nas áreas urbanas e RMF, respectivamente, nas populações rurais é de 71,7%.

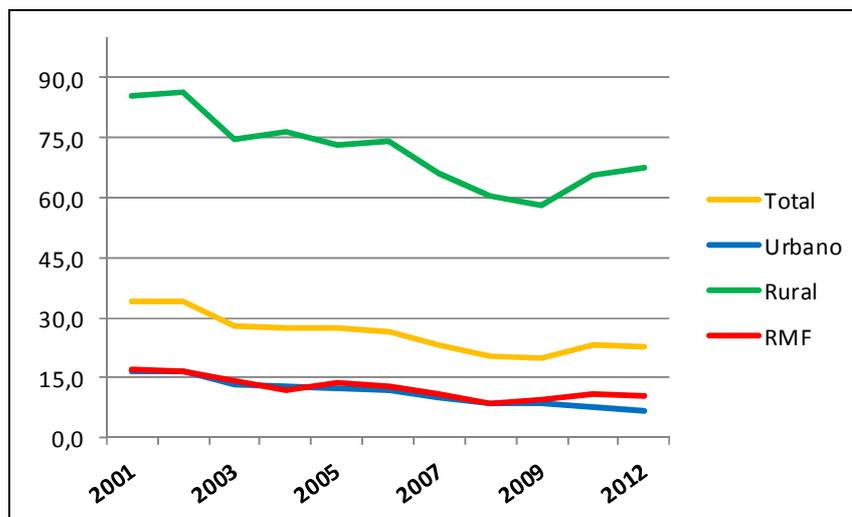
Tabela 5 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso à Água Encanada entre 2001 a 2012 (%)

Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	34,1	16,5	85,4	17,3
2002	33,9	16,4	86,3	16,5
2003	28,2	13,3	74,5	14,4
2004	27,7	12,7	76,5	12,1
2005	27,3	12,4	73,4	14,0
2006	26,4	11,7	74,1	12,9
2007	23,3	9,8	66,4	11,1
2008	20,5	8,4	60,6	8,6
2009	19,9	8,6	58,0	9,7
2011	23,2	7,5	65,8	10,9
2012	22,7	6,5	67,4	10,3
Variação 2001 e 2012 (%)	-11,4	-9,9	-18,0	-7,0

Fonte: IBGE (2001, 2012)

No gráfico 3, é possível visualizar a evolução do Privagua no período selecionado. Através das evidências, percebe-se a regressão deste indicador, independente de onde a população reside. No entanto, os padrões das áreas rurais, ao longo desses 12 anos, nunca reduziram a ponto de alcançarem ou mesmo se aproximarem dos percentuais da população cearense que mora nas áreas urbanas ou RMF.

Gráfico 3 – Evolução do Privágua do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

4.3.2. Evolução da Privação de Acesso a Local Adequado para os Dejetos Humanos (Privsane)

Este indicador se refere ao percentual da população que sobrevive em domicílios sem acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica para destinar os dejetos humanos. Segundo o *Human Development Report* (2006 *apud* LEMOS, 2012), os governos devem investir nas áreas de saneamento e água para toda a população, pois a disponibilidade destes serviços é capaz de reduzir a proliferação de doenças, salvando vidas.

Nos resultados apresentados na tabela 6 e no gráfico 4, observam-se que os percentuais das populações urbanas e rurais que vivem em domicílios sem acesso a esgoto sanitário ou fossa séptica reduziram, respectivamente, 52,8% e 95,9% em 2001, para 34,7% e 86,3% em 2012. Mas, coube à RMF, a maior regressão do período (33,6%), uma queda bastante significativa a partir dos dois últimos anos da série. Enquanto, em 2001, 37,1% das pessoas residentes em Fortaleza e ao seu redor não tinham acesso a este indicador, em 2012, este número se manteve na casa dos 3,0%.

No entanto, apesar de um decréscimo de 9,6%, as áreas rurais ainda apresentam um contingente muito alto de sua população carente do serviço de esgotamento sanitário, e seus patamares de acesso nem mesmo se aproximaram aos níveis dos demais cearenses que residem fora destas áreas. Percebe-se que, ao longo da série selecionada, os percentuais se

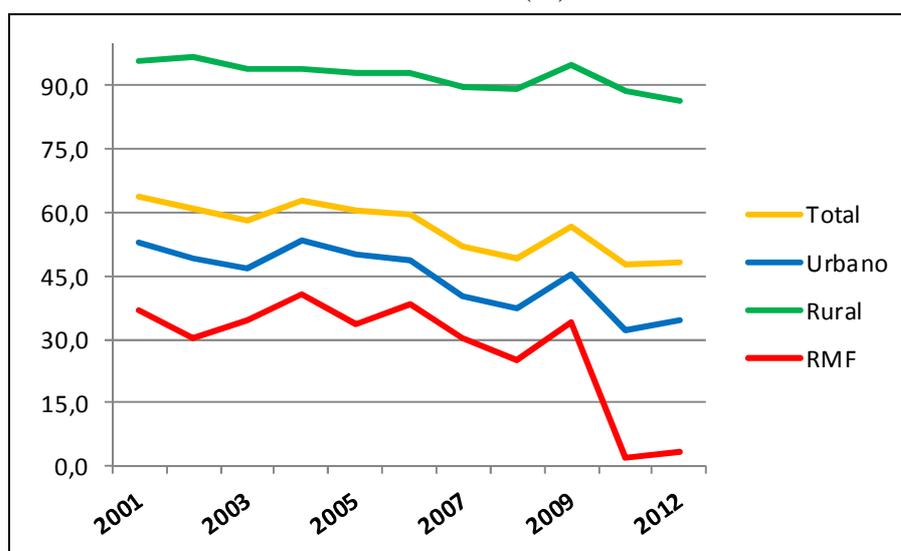
mantiveram sempre acima dos 80%, ao passo que as regiões urbanas e RMF apresentaram, na média, 44,6% e 28,1%, respectivamente. Este fato sugere que poucos recursos do governo estão sendo dispendidos para melhorar a situação, no que diz respeito à disponibilidade deste serviço, daqueles que vivem nas áreas mais carentes do estado.

Tabela 6 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso ao Destino Adequado para os Dejetos Humanos entre 2001 e 2012 (%)

Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	63,8	52,8	95,9	37,1
2002	61,2	49,3	96,9	30,3
2003	58,3	46,8	94,1	34,4
2004	62,9	53,2	94,2	40,8
2005	60,4	49,9	93,0	33,8
2006	59,3	48,8	93,3	38,3
2007	52,1	40,4	89,6	30,2
2008	49,3	37,3	89,5	24,9
2009	56,5	45,2	94,9	34,0
2011	47,5	32,2	89,0	2,0
2012	48,4	34,7	86,3	3,4
Variação 2001 e 2012 (%)	-15,5	-18,2	-9,6	-33,6

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Gráfico 4 – Evolução do Privsane do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

4.3.3. Evolução da Privação de Acesso à Coleta Sistemática de Lixo (Privlixo)

Privlixo equivale ao último subindicador que compõe o Passivo Ambiental. A coleta sistemática de lixo é outro serviço essencial, tal como os de água e saneamento, para promover a qualidade de vida dos indivíduos. A ausência deste serviço, seja direta ou indiretamente, afeta a saúde da população. Os dados das PNADs se referem à coleta do lixo, mas, este trabalho, enfatiza a importância do correto descarte do mesmo. A não coleta sistemática ou o destino incorreto, como em grandes lixões a céu aberto, pode ocasionar diversas patologias (verminoses, micoses, etc) à população, além da degradação ambiental. Outro destino do lixo muito usado no Brasil, são os aterros sanitários, mas, do ponto de vista ambiental, pouco se diferenciam dos lixões, pois a matéria acumulada entra em fermentação, ocasionando o surgimento de substâncias altamente poluentes: o chorume e o gás metano.

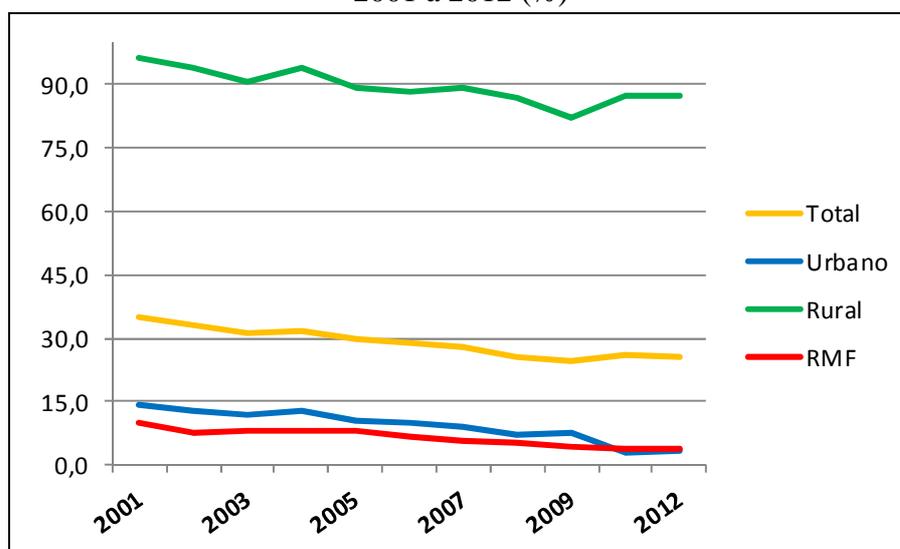
No gráfico 5, pode-se perceber uma elevada discrepância dos dados da zona rural em comparação aos da zona urbana e RMF. No último ano da série, enquanto o percentual das populações urbanas e RMF não ultrapassaram a margem dos 4%, nas áreas rurais foi de 87,2%. Depreendem-se da tabela 7, que as porcentagens da população rural cearense sem acesso à coleta sistemática de lixo, no decorrer do período, sempre se mantiveram muito altas, em média 89,9%. Neste quesito, estas populações estão bem mais vulneráveis aos problemas associados à falta deste serviço, dos que residem fora destas áreas.

Tabela 7 – Evolução da População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza sem Acesso à Coleta Sistemática de Lixo entre 2001 e 2012 (%)

Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	35,2	14,2	96,6	10,0
2002	33,0	12,8	93,9	7,9
2003	31,0	11,8	90,8	8,2
2004	31,5	12,8	94,2	8,1
2005	29,8	10,5	89,5	8,0
2006	28,8	10,2	88,6	6,8
2007	28,1	9,0	89,5	5,8
2008	25,7	7,2	87,1	5,3
2009	24,5	7,4	82,4	4,5
2011	25,9	3,0	87,6	3,7
2012	25,7	3,4	87,2	3,8
Variação 2001 e 2012 (%)	-9,6	-10,8	-9,3	-6,1

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Gráfico 5 – Evolução do Privilégio do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

4.4. Evolução do Índice de Exclusão Social (IES)

Na tabela 8, estão compreendidos os resultados oriundos do cálculo do IES, entre os anos 2001 e 2012, aferidos para a população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), como também das demais áreas urbanas e das áreas rurais do estado do Ceará.

Após a aferição de cada um dos seus indicadores, o IES foi composto segundo as seguintes equações:

$$\text{IES} = 0,35 (\text{PASSEDUC}) + 0,35 (\text{PASSECON}) + 0,30 (\text{PASSAMBI})$$

Em que:

$$\text{PASSAMBI} = 0,35 (\text{PRIVAGUA}) + 0,35 (\text{PRIVSANE}) + 0,30 (\text{PRIVLIXO})$$

Observa-se que a exclusão social regrediu para toda a população cearense. O dado se mostrou mais evidente para as áreas rurais, que passou de 67,3% em 2001 para 58,5% em 2012, uma queda de 8,8%. Embora tenha apresentado a regressão mais expressiva, coube à população rural do estado, tal como observado em todos os indicadores que compõem o IES, a pior situação, pois mesmo passados doze anos, mais da metade dos cearenses que residem nessas áreas se encontram na condição de socialmente excluídos. As demais regiões urbanas e a RMF, apresentaram patamares de exclusão social semelhantes, no período analisado, que na média não ultrapassam 30% de suas populações excluídas socialmente.

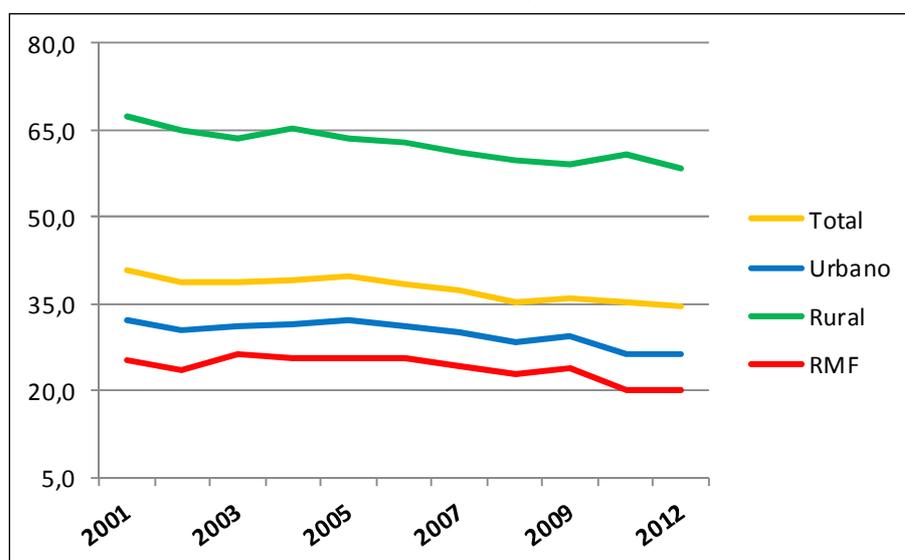
Tabela 8 – Evolução do IES para a População do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza entre 2001 e 2012 (%)

Ano	Total	Urbano	Rural	RMF
2001	40,7	32,0	67,3	25,1
2002	38,7	30,4	64,9	23,4
2003	38,8	31,1	63,7	26,2
2004	39,1	31,5	65,2	25,5
2005	39,7	32,3	63,6	25,5
2006	38,5	31,2	62,9	25,5
2007	37,2	29,9	61,2	24,3
2008	35,4	28,2	59,9	22,8
2009	35,9	29,3	58,9	23,7
2011	35,2	26,1	60,6	19,9
2012	34,6	26,2	58,5	20,1
Variação 2001 e 2012 (%)	-6,1	-5,7	-8,8	-5,0

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Depreende-se do gráfico 6, que a RMF apresentou, ao longo de toda a série selecionada, os menores percentuais de socialmente excluídos. Dentre as disparidades das áreas urbanas e rurais do estado, o IES da Região Metropolitana de Fortaleza se apresenta como um patamar de condição de qualidade a ser seguido (alcançado) pelas demais populações que residem fora da capital e seu entorno.

Gráfico 6 – Evolução do IES do Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2012 (%)



Fonte: IBGE (2001, 2012)

As tabelas 9, 10, 11 e 12 apresentam as evoluções da população cearense e dos indicadores que compõem o IES. O objetivo é demonstrar as variações anuais da população comparadas às variações do número de habitantes privados do acesso aos ativos sociais e à renda. Assim, pode-se verificar, em valores absolutos, se a taxa de crescimento populacional supera a taxa de decréscimo do IES e seus indicadores de privação. Em síntese, significaria que, em 2012, tivemos mais cearenses excluídos socialmente e privados dos serviços essenciais, comparativamente a 2001.

Tabela 9 – Evolução da População Total do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes)

Ano	POPULAÇÃO TOTAL	PASSEDUC	PASSECON	PRIVAGUA	PRIVSANE	PRIVLIXO	IES
2001	7.645.495	1.894.614	4.064.995	2.606.599	4.881.446	2.694.771	3.114.637
2002	7.762.619	1.756.087	3.951.140	2.628.683	4.750.856	2.564.675	3.003.202
2003	7.880.300	1.790.564	4.272.682	2.218.737	4.593.436	2.443.570	3.057.335
2004	7.998.849	1.741.105	4.383.887	2.215.631	5.031.135	2.519.140	3.131.380
2005	8.116.599	1.832.449	4.623.461	2.213.374	4.905.980	2.419.290	3.224.837
2006	8.238.204	1.697.134	4.626.285	2.178.383	4.888.750	2.369.888	3.168.536
2007	8.371.837	1.604.647	4.783.648	1.948.320	4.361.190	2.353.545	3.110.221
2008	8.472.231	1.615.138	4.611.839	1.735.751	4.180.339	2.177.908	2.996.643
2009	8.568.590	1.589.924	4.681.997	1.704.934	4.843.290	2.102.293	3.071.942
2011	8.671.086	1.427.993	4.886.341	2.014.388	4.121.464	2.242.170	3.056.076
2012	8.750.751	1.422.189	4.793.893	1.986.789	4.233.091	2.246.364	3.030.889
Variação 2001 e 2012 (%)	12,63	-0,33	0,15	-0,31	-0,15	-0,20	-0,03

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Percebe-se, a partir tabela 9, que a população total do estado do Ceará cresceu a uma taxa de 12,63%, entre 2001 e 2012. O IES e seus indicadores mantiveram os resultados encontrados nas análises mais acima, isto é, regressão das privações de educação, água, saneamento básico, coleta de lixo e exclusão social, e aumento da privação do acesso à renda. No entanto, devido ao crescimento populacional, os resultados se mostraram irrisórios, visto que não chegaram nem mesmo a casa de 1%, revelando assim uma discreta melhora do padrão de vida dos cearenses no geral.

A população urbana cearense, representada na tabela 10, registrou as mesmas observações da população total do estado. Enquanto a população desta área aumentou 11,36%, de 2001 para 2012, as reduções do acesso aos ativos sociais não superaram significativamente o aumento dos cearenses residentes nas áreas urbanas do estado, evidenciando uma modesta melhora do acesso aos serviços do passivo de educação e do passivo ambiental. O IES urbano regrediu somente 0,03% de cearenses socialmente

excluídos, no período analisado e, tal como visto na análise do passivo econômico da subseção 4.2, a privação de renda expandiu, em vez de regredir, como seria o desejado.

Tabela 10 – Evolução da População Urbana do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes)

Ano	POPULAÇÃO URBANA	PASSEDUC	PASSECON	PRIVAGUA	PRIVSANE	PRIVLIXO	IES
2001	5.700.977	1.090.189	2.723.043	938.508	3.012.192	807.145	1.822.098
2002	5.832.636	1.029.592	2.693.187	957.940	2.876.983	745.004	1.772.690
2003	5.968.010	1.070.881	2.979.015	792.114	2.791.259	703.474	1.857.030
2004	6.120.513	1.044.272	3.057.680	774.402	3.258.828	783.492	1.929.687
2005	6.143.632	1.086.877	3.260.088	760.294	3.067.981	647.038	1.981.640
2006	6.294.415	1.041.379	3.254.215	733.698	3.072.398	642.249	1.960.900
2007	6.390.734	960.694	3.393.362	628.382	2.582.716	574.734	1.912.811
2008	6.519.248	975.322	3.268.821	549.524	2.429.681	471.132	1.840.669
2009	6.622.425	980.280	3.361.790	570.981	2.991.970	491.380	1.938.059
2011	6.332.824	753.349	3.168.291	472.773	2.038.789	190.162	1.653.403
2012	6.431.512	808.695	3.157.935	419.764	2.228.690	217.172	1.685.954
Variação 2001 e 2012 (%)	11,36	-0,35	0,14	-1,24	-0,35	-2,72	-0,08

Fonte: IBGE (2001, 2012)

Já a população cearense residente nas áreas rurais, apresentou crescimento populacional de 16,16%. Os indicadores da privação de renda, do acesso ao esgotamento sanitário e da coleta sistemática de lixo não regrediram (análise do passivo econômico na subseção 4.2) ou regrediram bem aquém ao percentual apresentado pela taxa de crescimento da população rural, revelando que, em termos absolutos, 2012 apresentou um maior número de famílias carentes destes serviços do que se observava em 2001 (Tabela 11). Até mesmo o Índice de Exclusão Social das áreas rurais do estado, que apresentou uma trajetória de queda, no período selecionado, demonstrou que em 2012 tinha mais pessoas socialmente excluídas do que em 2001. A privação de educação e a privação da água encanada decresceram ao longo dos doze anos de estudo, mas seus valores foram pouco expressivos, visto que sequer chegou a 1% negativo.

Tabela 11 – Evolução da População Rural do Estado do Ceará, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes)

Ano	POPULAÇÃO RURAL	PASSEDUC	PASSECON	PRIVAGUA	PRIVSANE	PRIVLIXO	IES
2001	1.944.518	835.328	1.362.783	1.660.198	1.864.324	1.878.186	1.308.450
2002	1.929.983	757.970	1.293.913	1.664.659	1.869.729	1.812.600	1.252.404
2003	1.912.290	741.651	1.323.331	1.423.769	1.799.968	1.736.409	1.217.513
2004	1.878.336	718.057	1.361.536	1.436.772	1.769.447	1.769.447	1.223.761
2005	1.972.967	757.100	1.388.087	1.447.939	1.834.373	1.765.598	1.254.362
2006	1.943.789	669.641	1.402.446	1.439.762	1.812.845	1.721.458	1.221.685
2007	1.981.103	659.921	1.423.225	1.315.274	1.774.420	1.772.175	1.213.015
2008	1.952.983	654.672	1.368.680	1.182.712	1.747.138	1.701.389	1.168.933
2009	1.946.165	622.878	1.347.703	1.129.171	1.846.510	1.603.655	1.146.479
2011	2.338.262	692.540	1.744.534	1.539.452	2.080.571	2.048.872	1.417.477
2012	2.319.239	623.787	1.663.123	1.562.734	2.000.761	2.023.277	1.356.680
Variação 2001 e 2012 (%)	16,16	-0,34	0,18	-0,06	0,07	0,07	0,04

Fonte: IBGE (2001, 2012)

A população residente da RMF registrou a maior taxa de crescimento populacional do estado do Ceará, 17,91% entre 2001 e 2012. Observa-se, na tabela 12, que se mantiveram os sinais das privações e do IES, vistos nas análises individuais das subseções anteriores. Exceto o Privsane, que evidenciou, em valores absolutos, uma queda de 7,83%, no período selecionado, e o Passecon, que revelou um aumento (0,23%, de 2001 para 2012), as demais privações e o número de pessoas socialmente excluídas apresentaram discretas reduções.

Tabela 12 – Evolução da População da Região Metropolitana de Fortaleza, do IES e dos seus Indicadores entre 2001 e 2012 (habitantes)

Ano	POPULAÇÃO RMF	PASSEDUC	PASSECON	PRIVAGUA	PRIVSANE	PRIVLIXO	IES
2001	3.102.364	387.948	1.250.272	535.922	1.149.882	308.916	778.189
2002	3.166.519	360.659	1.245.958	521.186	960.234	249.417	740.313
2003	3.230.980	387.058	1.487.512	466.689	1.110.577	265.294	845.589
2004	3.295.915	382.347	1.425.489	397.597	1.344.629	265.619	839.582
2005	3.360.415	402.000	1.500.163	469.553	1.136.867	267.433	858.500
2006	3.427.017	383.785	1.530.070	440.438	1.310.966	232.685	874.688
2007	3.475.629	340.506	1.589.990	385.477	1.050.160	202.059	844.601
2008	3.528.883	360.286	1.538.572	302.908	878.913	185.482	805.385
2009	3.580.010	342.560	1.571.765	345.886	1.216.660	159.502	848.436
2011	3.735.421	342.820	1.601.061	407.012	75.730	137.051	743.381
2012	3.779.010	346.900	1.626.384	387.646	130.223	144.135	757.998
Variação 2001 e 2012 (%)	17,91	-0,12	0,23	-0,38	-7,83	-1,14	-0,03

Fonte: IBGE (2001, 2012)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a evolução da qualidade de vida da população cearense. Para tal, estimou-se o Índice de Exclusão Social (IES) para o estado do Ceará sobre a proposta central de avaliar, ao longo da série histórica 2001–2012, a realidade do padrão de vida dos cearenses que residem na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), comparados aos que moram nas demais áreas urbanas e rurais do estado.

Pela análise do Índice de Exclusão Social, pode-se verificar uma trajetória de queda ao longo dos doze anos de estudo, independente de onde residam os cearenses. No entanto, quando comparadas as taxas de decréscimo do IES com as taxas de crescimento populacional do período analisado, os percentuais de pessoas socialmente excluídas de 2001 são bem próximos da realidade de 2012, revelando uma leve melhora do padrão de vida dos cearenses que residem na RMF e nas áreas urbanas, exceto as áreas rurais, pois estas, devido a seu crescimento populacional, apresentou um aumento do índice de exclusão social se comparado 2012 a 2001, e isto se reflete em um resultado lamentável e alarmante. A RMF estabeleceu o melhor padrão de qualidade de vida a ser alcançado pelas demais áreas do estado, pois apresentou o menor percentual de famílias que se encontram na condição de socialmente excluídas.

Dentre os indicadores que compõem o IES, o Passivo Econômico apresentou a situação mais crítica, pois, ao invés de regredir ao longo dos anos, registrou uma evolução de seus resultados para a população total do estado, entre 2001 e 2012. Esta privação de renda apresentou percentuais muito elevados de famílias que sobrevivem, independente de onde residam, com renda familiar média de até dois salários mínimos. Até mesmo a RMF, configurou-se privada do acesso a uma renda digna de sobrevivência. Os dados se revelaram ainda mais críticos quando observada a situação dos que vivem nas áreas rurais do estado.

O Passivo de Educação, representado pela privação de educação, apresentou melhores resultados, mantendo uma trajetória de queda, entre o período analisado. Coube a RMF, registrar os menores percentuais de famílias com adultos ou maiores de 15 anos analfabetos, configurando-se num padrão de qualidade para a população cearense no geral. Embora as áreas rurais tenham apresentado a maior variação negativa, entre 2001 e 2012, a realidade da educação dos que vivem nessas zonas são bem distantes da RMF e também das demais áreas urbanas. Ressalta-se que, em termos absolutos, os valores desta privação se

mostraram pouco relevantes, independente de onde residam os cearenses, pois suas regressões superaram modestamente as taxas de crescimento populacional do estado.

Tratando-se dos subindicadores do Passivo Ambiental, o Privagua, o Privsane e o Privlixo, estes apresentaram declínio, para toda a população do estado, de 2001 a 2012, mas, em termos absolutos, seus resultados se demonstraram pouco satisfatórios, revelando até mesmo que houve um acréscimo de famílias das áreas rurais no que tange ao Privsane e ao Privlixo, visto que estes indicadores revelaram quedas menores do que a taxa de crescimento da população rural. Estes ativos sociais, isto é, o acesso à água encanada, ao saneamento básico e à coleta sistemática de lixo são problemas que afligem bastante grande parcela da população rural, onde muitas famílias vivem em condições precárias devido à falta desses serviços. Mais uma vez, a RMF se refletiu em um padrão de qualidade de vida, do qual deve ser seguido ou mesmo superado pelas demais áreas do estado do Ceará.

O estudo revelou que, no geral, houve incrementos na qualidade de vida de toda a população cearense, muito embora estes incrementos sejam pequenos se for levado em consideração o período de doze anos e a taxa de crescimento populacional do estado, do período analisado. Verificou-se que a população residente da Região Metropolitana de Fortaleza deteve os melhores percentuais dos indicadores sociais e econômicos, e, com isso, revela ser uma referência de padrão digno de vida para as demais áreas do estado. Como esperado, as áreas rurais apresentaram os níveis mais baixos de qualidade de vida. Estas áreas se mostram claramente em situações bem mais difíceis, se comparadas às áreas urbanas e, principalmente, à RMF, onde o acesso à educação, aos serviços de água encanada, de esgotamento sanitário, de coleta sistemática de lixo, ao emprego e às oportunidades no geral são mais acessíveis. Portanto, políticas públicas e investimentos devem ser tomados em função da melhoria da condição de vida dos cearenses, mas, principalmente, devem objetivar reverter os níveis elevados de exclusão social, ao qual a população da zona rural é seriamente mais afetada. Os serviços essenciais e de renda são necessários à sobrevivência humana e constituem um direito de todos.

Visto que este trabalho é direcionado para as áreas urbanas e rurais do estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, recomenda-se, para estudos futuros, a abrangência de uma visão panorâmica da realidade da qualidade de vida da população dos demais estados do Nordeste, a fim de estabelecer um padrão de vida a nível regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de Vida**: definição, conceitos e interfaces... . São Paulo: EACH/USP, 2012. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/gpsipolim/index.php?page=producao>>. Acesso em: 12 de set. de 2013.

COELHO, N. S.; COSTA, C.A.G; VILELA, M. S. S. Avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil – ProdeturNE I, na Qualidade de Vida da população... *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 4., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE, 2008. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/8.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2013.

FIB – FELICIDADE INTERNA BRUTA – Índice de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>>. Acesso em: 12 out. 2013.

HERCULANO, S. C. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. *In*: PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M.; HERCULANO, S.C. (Org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012**. Rio de Janeiro, 2012.

IPEA. **O Brasil na Virada do Milênio**: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento. Brasília: IPEA, 1997.

IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará 2011**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2011/qualidade/index.htm>> Acesso em: 09 de jun. de 2013.

_____. **Indicadores Sociais do Ceará 2009**. Fortaleza, 2010. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/sintese-indicadores/Indicadores_Sociais_Ceara_2009.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

_____. **Índice de Desenvolvimento Municipal 1999**. Fortaleza, 1999. Disponível em: < <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria4/idm/IDM-1999.pdf/view> >. Acesso em: 12 de out. de 2013.

_____. **Síntese dos Principais Indicadores Econômicos do Ceará – 2000–2012**. Fortaleza, 2012. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/indicadores-economicos/Indicadores_do_Ceara_2000_2012_Consolidado.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

JACOBI, P. R. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. São Paulo: CEPAM, 1999.

JANNUZZI, P. M. de Paulo. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 56, n. 2, p. 137–160, 2005. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 3ª Edição Revisada e Atualizada. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MACHADO, A. F. S.; SILVA, M. M.C; LEMOS, J. J. S. Indicadores de Exclusão Social e Mitigação de Pobreza no Ceará. *In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE*, 5., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE, 2009. Disponível em: < <http://www.ipece.ce.gov.br/economia-do-ceara-em-debate/v-encontro/v-encontro-de-economia-do-ceara-em-debate> >. Acesso em: 12 de set. de 2013.

MARTINS, C. H. B. Pobreza, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: indicadores para o desenvolvimento sustentável. **Indicadores Econômicos FEE.**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 171–188, 2002. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/73> >. Acesso em: 18 de out. de 2013.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável; conceitos e princípios. **Textos de Economia.**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131–141, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/> >. Acesso em: 18 de out. de 2013.

MORAIS, J. S. *et al.* Qualidade de vida e seus indicadores. *In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, 3., 2012, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: UNIMONTES, 2012. p. 2–10. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/images/trabalhos/GT6/pdfs/jordana_de_souza_morais_1.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2013.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico. **Revista da FAE.**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37–48. Disponível em: <

http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf >.
Acesso em: 12 de out. de 2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. Lisboa: Camões, 2013.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> Acesso em: 23 de dez. de 2013.

RIO20. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br/>>. Acesso em: 18 de out. de 2013.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE – BRASIL. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/> Acesso em: 19 de jun. de 2013.

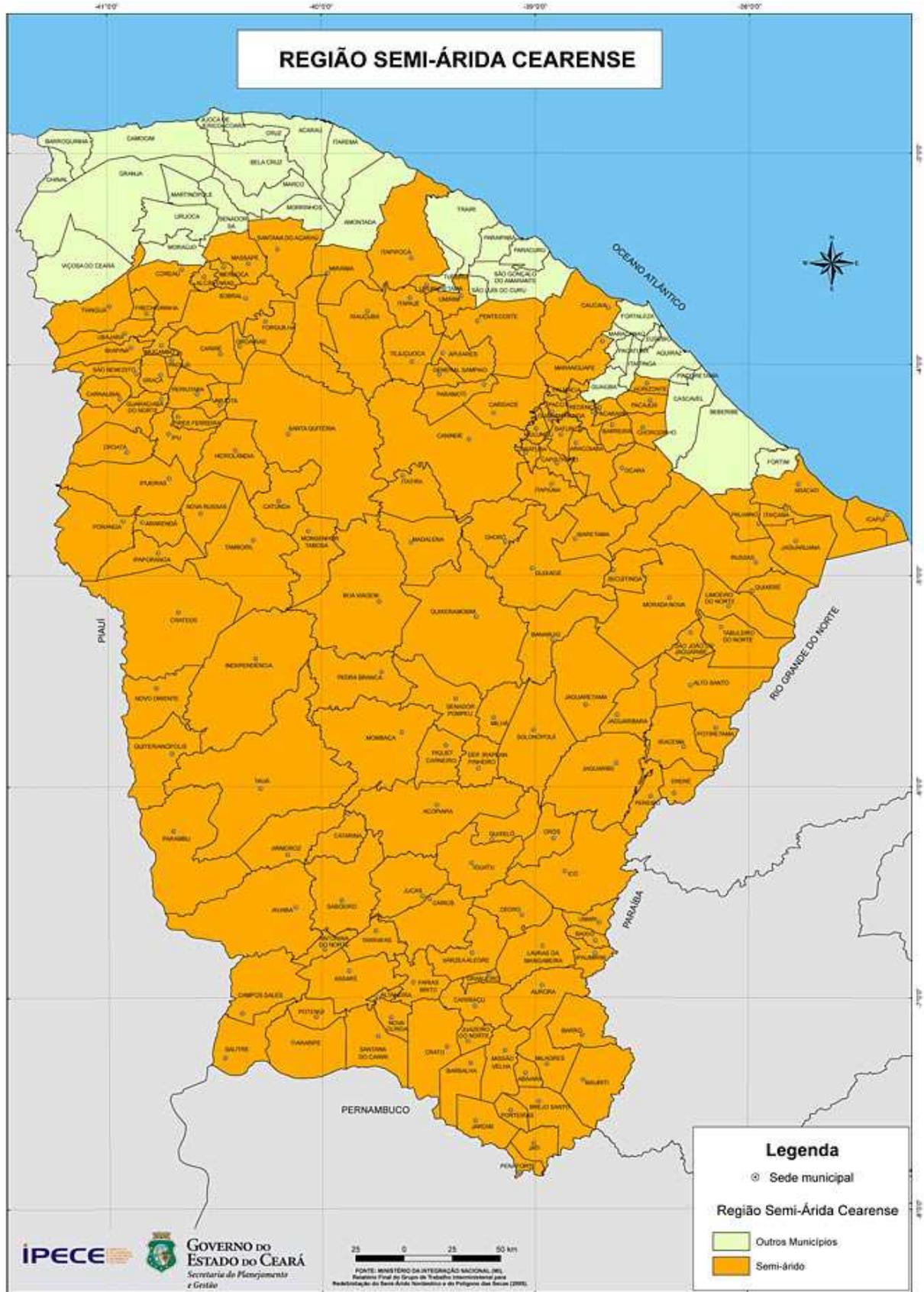
ANEXOS

ANEXO A – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IPECE (2010).

ANEXO B – Mapa do Semiárido do Estado do Ceará



Fonte: IPECE.